

Benchimol, Irmão & Cia. Ltda. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Benchimol, Irmão & Cia. Ltda.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Benchimol, Irmão & Cia. Ltda. e controladas ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Benchimol, Irmão & Cia. Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Desde agosto de 2015, devido ao processo judicial movido contra a Receita Federal, a Empresa não considera o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e não tem efetuado o recolhimento desses tributos, contudo mantendo uma provisão correspondente, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$28.923 mil. No entanto, com base no julgamento do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral em 15 de março de 2017 sobre a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, bem como após o processo judicial sobre o tema ter transitado em julgado favorável à Empresa em 25 de outubro de 2018, a saída de recursos para pagamento do referido montante deixou de ser provável. Consequentemente, as obrigações fiscais no passivo circulante estão aumentadas em R\$28.923 mil e o lucro líquido do exercício está diminuído em R\$19.089 mil, líquidos dos efeitos dos impostos.
2. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Empresa não reconheceu impostos diferidos ativos sobre as seguintes diferenças temporariamente indedutíveis: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para perdas nos estoques e ajuste a valor presente. Consequentemente, o ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018 está diminuído em R\$70.051 mil, o lucro líquido do exercício findo nessa data está diminuído em R\$39.383 mil e os lucros acumulados estão diminuído em R\$30.668 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido à retificação de erros referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, agora reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 3.k), foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 18 de abril de 2018 sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de maio de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

BENCHMARK, IRMÃO & CIA. LTDA. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017		
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTES										
Caixa e equivalentes de caixa		48.498	78.629	50.598	81.003	11	169.152	211.300	169.152	211.300
Clientes	4	522.479	434.125	522.479	434.125	12	61.229	3.558	61.229	3.558
Estoques	7	229.930	189.315	229.930	189.315	13	27.688	22.028	28.784	23.122
Tributos a recuperar	8	1.274	562	1.274	562	14	188.005	81.026	188.210	81.238
Outros ativos		8.012	9.572	8.012	8.901	15	19.975	3.060	19.975	3.060
Total dos ativos circulantes		810.193	712.203	812.293	713.906		18.212	17.406	18.380	16.863
NÃO CIRCULANTES										
Aplicações financeiras	5	-	62.641	-	62.641	12	15.193	16.433	15.193	16.433
Outros ativos		1.158	593	1.158	593	18	19.106	19.570	19.106	19.570
Depósitos judiciais	16	187	215	-	-	15	898	1.581	898	1.581
Partes relacionadas		-	-	-	-		-	-	-	-
Outorgas de permissão	9	6.747	7.008	-	-		-	-	-	-
Investimentos	10	165.430	154.668	165.430	154.668	17	35.157	37.584	35.157	37.584
Intangível		455	1.011	455	1.011		-	-	-	-
Total dos ativos não circulantes		173.980	226.151	173.367	225.230		203.000	203.000	203.000	203.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Reserva de lucros										
Ajustes de avaliação patrimonial										
Patrimônio líquido atribuído a participação dos cotistas controladores										
Patrimônio líquido atribuído a participação dos cotistas não controladores										
Total do patrimônio líquido										
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
TOTAL DOS ATIVOS		984.173	938.354	985.660	939.136		984.173	938.354	985.660	939.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BENCHIMOL, IRMÃO & CIA. LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO □
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	19	1.794.617	1.466.395	1.802.325	1.473.765
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(1.215.362)	(1.004.270)	(1.220.844)	(1.004.270)
LUCRO BRUTO		579.255	462.125	581.481	469.495
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	20	(411.681)	(331.357)	(413.073)	(338.778)
Gerais e administrativas	20	(88.455)	(71.891)	(88.464)	(71.663)
Tributárias	20	(11.315)	(10.227)	(11.812)	(10.227)
Resultado de equivalência patrimonial		(297)	220	-	-
Outras receitas operacionais	20	22.617	34.494	22.619	34.496
Total		(489.131)	(378.761)	(490.730)	(386.172)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		90.124	83.364	90.751	83.323
RESULTADO FINANCEIRO	21				
Receitas financeiras		103.204	109.202	103.249	109.244
Despesas financeiras		(16.767)	(15.594)	(16.768)	(15.594)
Total		86.437	93.608	86.481	93.650
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		176.561	176.972	177.232	176.973
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(79.715)	(75.292)	(80.385)	(75.292)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		96.846	101.680	96.847	101.681
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	(1)	(1)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		96.846	101.680	96.846	101.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BENCHIMOL, IRMÃO & CIA. LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	96.846	101.680	96.846	101.681
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>96.846</u>	<u>101.680</u>	<u>96.846</u>	<u>101.681</u>
Resultado abrangente total atribuído a:				
Cotistas controladores			96.847	101.681
Cotistas não controladores			(1)	(1)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO			<u>96.846</u>	<u>101.680</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BENCHIMOL, IRMÃO & CIA. LTDA. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO □
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016								
		203.000	397.833	38.878	-	639.711	18	639.729
Aumento de capital social								
		97.103	(97.103)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos								
		-	-	(900)	-	(900)	-	(900)
Baixa de bens reavaliados								
		-	-	604	-	604	-	604
Cisão parcial								
	17	(97.103)	-	-	-	(97.103)	-	(97.103)
Lucro líquido do exercício								
		-	-	-	101.680	101.680	1	101.681
Juros sobre o capital próprio								
		-	-	-	(42.800)	(42.800)	-	(42.800)
Distribuição de lucros								
		-	(38.800)	-	-	(38.800)	-	(38.800)
Transferência para reserva de retenção de lucros								
		-	58.880	-	(58.880)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017								
		203.000	320.810	38.582	-	562.392	19	562.411
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos								
		-	-	(900)	-	(900)	-	(900)
Lucro líquido do exercício								
		-	-	-	96.846	96.846	(1)	96.845
Juros sobre o capital próprio								
	17	-	-	-	(35.200)	(35.200)	-	(35.200)
Distribuição de lucros								
	17	-	(158.383)	-	-	(158.383)	-	(158.383)
Transferência para reserva de retenção de lucros								
		-	61.646	-	(96.846)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018								
		203.000	224.073	37.682	(35.200)	464.755	18	464.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BENCHIMOL, IRMÃO & CIA. LTDA. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		96.846	101.680	96.846	101.681
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	15.112	14.412	15.112	14.412
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	12	1.991	1.279	1.991	1.279
Rendimento de aplicação financeira	22	(5.190)	(10.982)	(5.190)	(10.982)
Resultado da baixa de imobilizado e intangível		222	5.042	222	5.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(593)	-	(593)
Ajuste a valor presente		1.422	(3.136)	1.422	(3.136)
Provisão para PIS/COFINS	21	101.894	59.198	101.894	59.198
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	69.464	64.950	69.464	64.950
Provisão (Reversão) para para riscos cíveis e trabalhistas		(723)	92	(723)	92
Provisão para perda em estoque	7	97	960	97	960
Resultado da equivalência patrimonial	9	297	(220)	-	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Clientes		(159.240)	(131.830)	(159.240)	(131.830)
Estoques		(40.712)	(15.750)	(40.712)	(15.750)
Tributos a recuperar		(712)	(2.672)	(712)	(2.672)
Outros ativos		995	(2.899)	305	(3.116)
Depósitos judiciais		12	(2)	12	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(42.148)	42.629	(42.148)	42.629
Obrigações trabalhistas		5.660	3.137	5.662	3.303
Obrigações tributárias		5.085	3.730	5.078	3.771
Outras contas a pagar		805	(2.245)	1.515	(2.345)
Caixa líquido gerado nas operações		51.177	126.780	50.895	126.891
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	12	(8.220)	(645)	(8.220)	(645)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.957	126.135	42.675	126.246
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de investimentos	9	(36)	-	-	-
Aplicações financeiras		67.831	(51.659)	67.831	(51.659)
Aquisição de imobilizado	10	(26.128)	(23.592)	(26.128)	(23.592)
Aquisição de intangível		(775)	-	(775)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		40.892	(75.251)	40.928	(75.251)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	12	71.751	-	71.751	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	(9.091)	(4.786)	(9.091)	(4.786)
Dividendos pagos		(158.383)	(38.800)	(158.383)	(38.800)
Empréstimos a partes relacionadas		28	(215)	-	(1)
Juros sobre o capital próprio pagos		(18.285)	(42.631)	(18.285)	(42.632)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(113.980)	(86.432)	(114.008)	(86.219)
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.131)	(35.548)	(30.405)	(35.224)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	78.629	114.177	81.003	116.227
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.498	78.629	50.598	81.003
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.131)	(35.548)	(30.405)	(35.224)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BENCHIMOL, IRMÃO & CIA. LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Benchimol, Irmão & Cia. Ltda. ("Bemol" ou "Empresa") é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 20 de agosto de 1942, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas.

A Empresa opera sob a marca "Bemol", em lojas físicas que têm como objetivo a representação, importação, distribuição e venda de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de telefonia celular, dentre outros produtos, nacionais e importados. A partir de dezembro de 2016, a Empresa passou a operar também no ramo de drogarias, sob a marca "Bemol Farma".

A Empresa possui 32 estabelecimentos (29 estabelecimentos em 2017), sendo: 15 lojas, um centro de distribuição e oito drogarias em Manaus - AM; uma loja em Itacoatiara - AM; uma loja em Manacapuru - AM; duas lojas e um centro de distribuição em Porto Velho - RO; uma loja e um centro de distribuição em Rio Branco - AC; e uma loja em Boa Vista - RR. A Empresa também opera no comércio eletrônico, via internet.

Além disso, a Empresa possui participações em sociedades com personalidades jurídicas similares, sendo elas controladas, cujas denominações sociais e as respectivas participações estão demonstradas a seguir:

	Participação acionária - %	
	2018	2017
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Barroso Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,7%	99,7%
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,7%	99,7%

As controladas referem-se a lotéricas autorizadas a funcionar pela Caixa Econômica Federal, para as quais foram efetuados pagamentos de outorgas de permissão com autorização de funcionamento pelo período de 20 anos, renováveis por igual período.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Empresa é como segue:

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Empresa assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Empresa. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Empresa detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa mantinha instrumentos financeiros os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Aplicações financeiras, Partes relacionadas, Fornecedores e Empréstimos e financiamento.

A Empresa avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Empresa não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Empresa revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Empresa revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.
- Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.
- Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.
- Provisão por causas trabalhistas e cíveis são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Empresa apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nos centros de distribuições da Empresa. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção e custo atribuído, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

f) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Empresa analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Empresa com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realizados nas linhas de receitas ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

j) Mudança nas práticas contábeis e divulgações

(i) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Empresa considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos CPC que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2018.

- a) CPC 48 - Instrumentos financeiros - O pronunciamento contábil CPC 48 substituiu o CPC 38 a partir de 1º de janeiro de 2018. O novo pronunciamento apresentou mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
- b) CPC 47 - Receita de contrato com cliente - Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada. O CPC 47 substituiu as anteriores normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (R1) Receitas, CPC 17 (R1) Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

As alterações acima descritas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em comparação às demonstrações financeiras do período anterior.

(ii) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Empresa não adotou antecipadamente a seguinte norma revisada:

- a) Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2) - Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O CPC 06 (R2) substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27/ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa ainda está avaliando os impactos dessa norma revisada nas Demonstrações Financeiras.

k) Reapresentação das demonstrações financeiras

Para melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa efetuou reclassificações em determinados saldos nas demonstrações do resultado, controladora e consolidado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a saber: i) o saldo de juros sobre financiamento de cartão de crédito de receitas financeiras para receita operacional; ii) segregação do ajuste a valor presente entre receita operacional líquida e resultado financeiro; e iii) o saldo de bonificações e recomposição de margem decorrentes de contratos com fornecedores de outras receitas para custo das mercadorias vendidas. Por esse motivo, a Empresa está reapresentando as referidas demonstrações financeiras. Não há efeito nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados. Para fins comparativos, os saldos dos exercícios anteriores estão sendo reapresentados, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2017 estão a seguir demonstrados:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2017		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
<u>Demonstração do resultado</u>						
Receita líquida de vendas	1.431.282	35.113	1.466.395	1.438.652	35.113	1.473.765
Custo das mercadorias vendidas	(1.023.947)	21.741	(1.002.206)	(1.023.947)	21.741	(1.002.206)
Outras receitas	90.453	(55.959)	34.494	90.453	(55.957)	34.496
Receitas financeiras	141.179	(31.977)	109.202	141.221	(31.977)	109.244
Com vendas	(362.439)	31.082	(331.357)	(369.860)	31.082	(338.778)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	17.123	14.836	18.414	16.501
Aplicações financeiras	31.375	63.793	32.184	64.502
Total	48.498	78.629	50.598	81.003

As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, em CDB de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento	-	62.641
Total	-	62.641

Refere-se à aplicação em fundo de investimento de renda fixa com rentabilidade superior a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatado integralmente em 2018.

6. CLIENTES

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber - Pessoa física (i)	849.390	704.768
Contas a receber - Pessoa jurídica (i)	4.851	5.281
Repactuação de contas a receber em atraso (ii)	61.180	52.602
Contas a receber - Cartão de crédito	61.830	55.725
Cheques a receber	18	14
Cheques devolvidos	718	700
Total	<u>977.987</u>	<u>819.090</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(449.990)	(380.526)
Ajuste a valor presente	(5.049)	(3.627)
Taxa de administração - cartões (iii)	(469)	(812)
Total	<u>522.479</u>	<u>434.125</u>

(i) Refere-se a saldo de contas a receber decorrente de vendas efetuadas a pessoas física e jurídica por meio de crediário e cartão de crédito próprios.

(ii) Refere-se a saldo de contas a receber decorrente de títulos renegociados com clientes.

(iii) Refere-se a taxa de administração dos cartões de crédito registrada em contrapartida do resultado do exercício para apresentação do saldo líquido a receber das operadoras.

b) Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>
<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>(380.526)</u>	<u>(117.058)</u>	<u>47.594</u>	<u>(449.990)</u>

<u>Saldo em</u>			<u>Saldo em</u>
<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>(315.576)</u>	<u>(94.771)</u>	<u>29.821</u>	<u>(380.526)</u>

A Empresa mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber foi ajustado a valor presente utilizando a taxa de juros 6,5% ao ano (7% em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há contas a receber dado em garantia pela Empresa.

Composição dos saldos por idade de vencimento

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	386.025	365.001
Vencidos:		
Até 30 dias	35.815	25.582
De 31 a 90 dias	26.707	22.256
De 91 a 180 dias	29.584	25.725
De 181 a 365 dias	439.352	337.963
Acima de 365 dias	60.504	42.563
Total	<u>977.987</u>	<u>819.090</u>

7. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias nacionais e importadas em lojas	86.613	83.637
Medicamentos	4.875	1.627
Mercadorias nacionais e importadas em centros de distribuição	115.430	102.953
Materiais de consumo	2.559	2.058
Provisão para perdas de estoques (obsolescência e quebras)	(1.057)	(960)
Adiantamento a fornecedores	21.510	-
Total	<u>229.930</u>	<u>189.315</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não há estoques dados em garantia pela Empresa.

a) Movimentação de provisão para obsolescência e quebras

Saldo em		Saldo em			Saldo em
31/12/2016	Adição	31/12/2017	Adição	Reversão	31/12/2018
(2)	(958)	(960)	(97)	-	(1.057)

A Empresa mantém provisão para perdas nos estoques por avarias e outras ocorrências. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da provisão para perdas montava R\$1.057 (R\$960 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, não há estoques dados em garantia pela Empresa.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	562
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	1.274	-
Total	1.274	562

9. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2018	2017
<u>Participações em empresas controladas</u>		
Loteria Estrela de Davi Ltda.	936	943
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.015	1.097
Loteria Bemol Torquato Ltda.	482	599
Loteria Bemol Educandos Ltda.	565	525
Loteria Bemol Avenida Ltda.	690	652
Loteria Bemol Barroso Ltda.	468	458
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	422	445
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	463	525
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	394	443
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	274	255
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	139	134
Loteria Bemol Matriz Ltda.	199	166
Loteria Bemol Manauara Ltda.	229	176
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	109	157
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99	75
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	263	358
Total	6.747	7.008

Resumo dos investimentos

	Participação		Patrimônio Líquido		Capital social		Lucro (prejuízo) do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<u>Participações em empresas controladas</u>								
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,7%	99,7%	939	946	527	527	(8)	(4)
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,7%	99,7%	1.018	1.100	722	722	(83)	(22)
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,7%	99,7%	483	601	168	168	(118)	(193)
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,7%	99,7%	567	527	480	480	40	(214)
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,7%	99,7%	692	654	656	656	37	104
Loteria Bemol Barroso Ltda.	99,7%	99,7%	470	459	369	369	10	81
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,7%	99,7%	424	446	556	556	(23)	153
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,7%	99,7%	465	527	905	905	(62)	4
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,7%	99,7%	395	444	520	520	(50)	42
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,7%	99,7%	274	256	10	10	18	(19)
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,7%	99,7%	140	134	127	127	5	9
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,7%	99,7%	200	166	139	139	33	-
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,7%	99,7%	230	177	425	425	53	156
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	99,7%	99,7%	109	157	100	100	(48)	2
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,7%	99,7%	99	75	164	164	(5)	17
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,7%	99,7%	263	360	418	418	(96)	102

Movimentação dos saldos - participação em empresas controladas

	Saldo em 31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017	Adição (a)	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Estrela de David	947	(4)	943	1	(8)	936
Camapuã	1.119	(22)	1.097	1	(83)	1.015
Torquato	791	(192)	599	1	(118)	482
Educandos	738	(213)	525	-	40	565
Avenida	548	104	652	1	37	690
Barroso	377	81	458	-	10	468
Porto Velho	292	153	445	-	(23)	422
Rio Branco	521	4	525	-	(62)	463
Manacapuru	401	42	443	1	(50)	394
Itacoatiara	274	(19)	255	1	18	274
Grande Circular	125	9	134	-	5	139
Matriz	166	-	166	-	33	199
Manauara	20	156	176	-	53	229
Shopping Amazonas	155	2	157	-	(48)	109
Jatuarana	58	17	75	29	(5)	99
Nova Cidade	256	102	358	1	(96)	263
	<u>6.788</u>	<u>220</u>	<u>7.008</u>	<u>36</u>	<u>(297)</u>	<u>6.747</u>

a) Refere-se a aportes de capital efetuados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nas controladas.

10. IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017 (Reapresentado)	Adições (a)	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Custo								
Terrenos	87.571	-	(44.472)	43.099	4.000	-	-	47.099
Equipamentos de segurança	4.517	274	(184)	4.607	24	(43)	-	4.587
Bens e direitos de uso	1.920	-	-	1.920	-	-	-	1.920
Construções e edificações	186.431	3.425	(69.570)	120.286	332	(11)	12.312	120.607
Benfeitorias	1.257	-	(3)	1.254	-	(0)	-	1.254
Instalações	32.521	3.885	(2.577)	33.829	2.526	(360)	2.930	35.995
Equipamentos de processamento de dados	18.569	5.134	(3.390)	20.313	5.344	(358)	-	25.299
Equipamentos de telecomunicações	670	-	(120)	550	-	(4)	-	546
Móveis e utensílios	10.230	887	(1.093)	10.024	1.066	(496)	1.965	10.594
Veículos	17.317	915	(3.715)	14.517	3.964	(768)	-	17.714
Construções em andamento	5.883	9.072	(7)	14.948	8.872	(53)	(17.207)	23.767
Saldo	<u>366.865</u>	<u>23.592</u>	<u>(121.131)</u>	<u>265.347</u>	<u>26.128</u>	<u>(2.093)</u>	<u>-</u>	<u>289.382</u>

	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Depreciação									
Equipamentos de segurança	16%	(3.529)	(335)	184	(3.680)	(320)	43	-	(3.956)
Bens e direitos de uso	18%	(1.920)	-	-	(1.920)	-	-	-	(1.920)
Construções e edificações	4%	(59.394)	(7.528)	18.693	(48.229)	(5.505)	9	-	(53.725)
Benfeitorias	10%	(1.257)	-	3	(1.254)	-	-	-	(1.254)
Instalações	15%	(22.398)	(2.861)	1.606	(23.653)	(3.171)	347	-	(26.477)
Equipamentos de processamento de dados	30%	(15.926)	(1.899)	3.252	(14.573)	(2.741)	275	-	(17.039)
Equipamentos de telecomunicações	12%	(500)	(42)	101	(441)	(41)	4	-	(478)
Móveis e utensílios	15%	(6.828)	(1.031)	1.247	(6.612)	(1.193)	442	-	(7.363)
Veículos	20%	(12.718)	(976)	3.377	(10.317)	(2.173)	749	-	(11.741)
Saldo		<u>(124.470)</u>	<u>(14.672)</u>	<u>28.463</u>	<u>(110.679)</u>	<u>(15.144)</u>	<u>1.871</u>	<u>-</u>	<u>(123.952)</u>
Imobilizado Líquido		<u>242.416</u>	<u>8.920</u>	<u>(96.668)</u>	<u>154.668</u>	<u>10.984</u>	<u>(222)</u>	<u>-</u>	<u>165.430</u>

(a) Referem-se substancialmente a investimentos efetuados pela Empresa na construção de novas farmácias e reformas de algumas lojas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, sendo esta revisada no encerramento de cada exercício. Com base em suas análises, a Empresa não identificou indicadores que pudessem modificar a vida útil ou reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

11. FORNECEDORES

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
De mercadorias	153.179	186.180
De serviços	15.973	25.120
	<u>169.152</u>	<u>211.300</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Instituição financeira		
Bradesco (a)	2.371	67
Banco do Brasil (b)	14.966	33
Banco da Amazônia (c)	16.328	19.891
Santander (d)	12.520	-
Banco Itaú S.A. (e)	30.237	-
Saldo final	<u>76.422</u>	<u>19.991</u>
Circulante	61.229	3.558
Não circulante	15.193	16.433
Total	<u>76.422</u>	<u>19.991</u>

- (a) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,18% ao mês, com vencimento em maio/2019.
- (b) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,3% ao mês, com vencimento em outubro/2019.
- (c) Capital de giro para ampliação do Centro de Distribuição e implantação de uma filial no Shopping Ponta Negra com juros de 3,53% ao ano, com vencimento em julho/2023.
- (d) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,05% ao mês, com vencimento em setembro/2019.
- (e) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,05% ao mês, com vencimento em abril/2020.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
31 de dezembro de 2016	24.143
(+) Provisão de juros	1.279
(-) Pagamentos principal	(4.786)
(-) Pagamentos juros	(645)
31 de dezembro de 2017	19.991
(+) Captação de empréstimos	71.751
(+) Provisão de juros	1.991
(-) Pagamentos principal	(9.091)
(-) Pagamentos juros	(8.220)
31 de dezembro de 2018	<u>76.422</u>

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado
	<u>31/12/2018</u>
2020	5.863
2021	3.499
2022	3.499
2023	2.332
Total	<u>15.193</u>

Garantias

As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação de bens no montante de R\$37.017 e terrenos com suas respectivas benfeitorias.

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Empresa obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas ("covenants") sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Empresa, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Empresa não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Salários a pagar	10.911	7.469	11.410	8.046
INSS	3.471	3.176	3.617	3.342
FGTS	477	400	525	445
Provisão para férias e encargos	12.829	10.983	13.232	11.282
Outros valores	-	-	-	7
Total	<u>27.688</u>	<u>22.028</u>	<u>28.784</u>	<u>23.122</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS	-	398	5	401
COFINS	2.358	1.809	2.379	1.846
Provisão de PIS e COFINS (a)	179.408	69.591	179.408	69.591
IRRF	1.151	2.106	1.154	2.106
ICMS	4.039	-	4.039	-
ISS retido na fonte	222	138	222	138
Imposto de renda pessoa jurídica	-	3.859	112	3.970
Contribuição social sobre o lucro	717	3.125	781	3.186
Outros impostos a recolher	110	-	110	-
Total	<u>188.005</u>	<u>83.136</u>	<u>188.005</u>	<u>83.348</u>

- (a) A empresa obteve êxitos em 2ª instância e trânsito em julgado no processo tributário relacionado ao PIS/Cofins. O processo se divide em três partes: I. exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins (trânsito em julgado); II. Não incidência do PIS/Cofins nas vendas à Pessoa Física; e III. Não incidência do PIS/Cofins nas vendas à Pessoa Jurídica dentro da Zona Franca de Manaus. A Empresa não vem fazendo o recolhimento desses tributos em virtude do litígio e por isso mantém constituída essa provisão.

Com relação ao processo sobre a exclusão da base de cálculo do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins, apesar de transitado em julgado favorável à Empresa, a Administração optou por manter a provisão constituída no ano e deverá fazer a reversão no ano de 2019.

15. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Empresa e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

- a) A provisão para riscos, em 31 de dezembro, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	284	706
Cíveis	574	875
Total	<u>858</u>	<u>1.581</u>

Segue a movimentação da provisão para riscos:

	31/12/2016	Adição (Baixa)	31/12/2017	Adição (Baixa)	31/12/2018
Trabalhistas	701	5	706	(422)	284
Cíveis	788	87	875	(301)	574
	<u>1.489</u>	<u>92</u>	<u>1.581</u>	<u>(723)</u>	<u>859</u>

16. PARTES RELACIONADAS

Ativo não circulante	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Loteria Bemol Torquato Ltda. (a)	187	215
Total	<u>187</u>	<u>215</u>

- (a) O saldo refere-se a empréstimo concedido pela Benchimol, Irmão e Cia. Ltda. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2020.

Em 2018, a Empresa efetuou transações com sua parte relacionada Sociedade Fogás Ltda., referentes à venda de produtos, no montante de R\$700 (R\$590 em 2017).

Juros sobre capital próprio

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	3.060	2.891
Despesas com juros sobre o capital próprio	35.200	42.800
Despesas com juros sobre o capital próprio pagos	(18.285)	(42.631)
Saldo final	<u>19.975</u>	<u>3.060</u>

Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 17.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2018, incluindo pró-labore, gratificações e encargos sociais, foi de R\$3.012 (R\$3.822 em 2017). A Empresa não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é R\$203.000 e está representado por 350.000.000 ações nominativas, no valor de R\$0,58 (cinquenta centavos) cada uma, distribuídos da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	Nº de quotas	Valor R\$	% Participação
Nora Benchimol Minev	96.009.742	55.686	27,43%
Jaime Samuel Benchimol	61.507.935	35.675	17,57%
Denis Benchimol Minev	38.552.500	33.360	11,01%
Ilana Benchimol Minev	38.552.500	33.360	11,01%
Salomão Israel Benchimol	18.555.031	10.762	5,30%
Eliezer Israel Benchimol	15.915.711	9.231	4,55%
Nina Clara Benchimol	10.983.268	6.370	3,14%
Debora Anne Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Ari Saul Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Benjamim Saul Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Gustavo Benchimol	7.957.856	4.616	2,27%
André Felipe Benchimol	7.957.855	4.616	2,27%
Rachel Sobreira Benchimol	5.923.145	3.435	1,69%
Hanna Sobreira Benchimol	5.923.145	3.435	1,69%
Ilko Mintschev Minev	3.123.193	1.811	0,89%
Michel Benchimol	2.319.379	1.345	0,66%
Ghisa Benchimol	2.319.379	1.345	0,66%
Shana Goldberg	1.372.909	796	0,40%
Dany Goldberg	1.372.909	796	0,40%
	<u>350.000.000</u>	<u>203.000</u>	<u>100,00%</u>

Ajustes de avaliação patrimonial

A Empresa optou pela adoção do custo atribuído ("deemed cost") aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos e edificações, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia de forma significativa do valor justo destes ativos. A definição dos custos atribuídos foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa externa, sendo os laudos aprovados pela Administração, e resultou em acréscimo de valor do ativo imobilizado no montante de R\$ 67.099.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes. Anualmente a avaliação patrimonial é ajustada pela depreciação de edifícios e realização dos impostos diferidos sobre esse saldo.

Cisão parcial

Em 31 de março de 2017, a Empresa realizou a cisão parcial de imóveis de sua propriedade, destinada a para constituição de nova sociedade denominada Abunã Participações Ltda., dentro da reorganização societária das empresas do Grupo..

Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$35.200 (R\$42.800 em 2017), os quais foram contabilizados em despesas financeiras conforme determinado pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados como distribuição de lucros.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar de juros sobre o capital próprio é de R\$19.975 (R\$3.060 em 2017), conforme nota explicativa nº 16.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	176.561	176.972
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(60.031)	(60.170)
Ajustes ao lucro do exercício		
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	(32)
Ajuste a valor presente	(650)	-
Provisão bônus a resgatar	(1.712)	(1.359)
Provisão PIS e COFINS	(34.644)	(20.127)
Outras adições	<u>(3.148)</u>	<u>(10.735)</u>
Total de adições	<u>(40.154)</u>	<u>(32.253)</u>

	Controladora e consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Reversão para provisão para riscos cíveis e trabalhistas	246	-
Juros sobre capital próprio	11.968	-
Resultado da equivalência patrimonial	101	126
Reversão de PECLD	4.268	-
Reversão de ajuste a valor presente	-	2.299
Outras exclusões	3.887	14.706
Total de exclusões	20.470	19.178
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(79.715)	(75.292)
Alíquota efetiva	45,14%	42,54%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possui registrados impostos diferidos passivo no montante de R\$19.106 (R\$19.570 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente, calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%.

	2018	2017
Custo atribuído ao imobilizado – terrenos	23.575	23.482
Custo atribuído ao imobilizado – edificações	32.619	34.075
Total	56.194	57.557
IR e CSLL sobre diferença fiscal temporária (34%)	19.106	19.570

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui prejuízo fiscal nem base negativa para contribuição social para constituição de imposto diferido ativo.

19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Vendas brutas de produtos	1.993.729	1.672.309	1.993.729	1.672.309
Comissões, garantias e serviços	15.691	12.244	15.691	12.244
Remuneração sobre correspondências bancárias	-	-	5.248	4.377
Comissões sobre jogos	-	-	1.940	1.936
Outras receitas	-	-	1.270	1.455
Deduções	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	(34.163)	(28.655)	(34.163)	(28.655)
Impostos sobre vendas (*)	(115.398)	(134.669)	(116.148)	(135.067)
Abatimentos e descontos	(29.770)	(25.371)	(29.770)	(25.371)
Devoluções e cancelamentos	(35.472)	(29.463)	(35.472)	(29.463)
Total	1.794.617	1.466.395	1.802.325	1.473.765

(*) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

20. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Verba de propaganda	11.884	6.910	11.884	6.910
Receitas com serviços	4.777	14.597	4.777	14.597
Resultado na venda de imobilizado	471	1.489	471	1.489
Receita de aluguel	1.422	6.168	1.422	6.168
Reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.581	1.489	1.581	1.489
Outras receitas	2.482	3.841	2.484	3.843
Custo das mercadorias vendidas	(1.243.135)	(1.023.437)	(1.243.135)	(1.023.437)
Bonificações	29.686	21.741	29.686	21.741
Ajuste a valor presente	(491)	(2.064)	(491)	(2.064)
Salários e outros proventos	(106.107)	(88.330)	(110.216)	(91.640)
Encargos sociais	(36.224)	(31.399)	(37.597)	(32.533)
Benefícios a funcionários	(6.429)	(5.981)	(6.429)	(5.981)
Depreciações e amortizações	(16.475)	(15.775)	(16.475)	(15.775)
Despesas com o funcionamento	(15.595)	(13.970)	(15.595)	(13.983)
Honorários da Administração	(3.013)	(3.822)	(3.013)	(3.822)
Gastos com segurança patrimonial	(5.518)	(5.200)	(5.518)	(5.200)
Multas dedutíveis	(703)	(405)	(704)	(405)
Serviços prestados por terceiros	(7.038)	(11.601)	(7.715)	(12.236)
Perdas com cartão de crédito	-	(14)	-	(14)
Licenças para uso de software	-	(2)	-	(2)
Despesas de informática	(23.048)	(8.754)	(23.048)	(8.754)
Despesas com indenização de funcionários	(2.063)	(9.543)	(2.063)	(9.543)
Manutenção de veículos, edificações e equipamentos	(8.580)	(7.811)	(8.580)	(7.811)
Publicidade e propaganda	(43.179)	(29.587)	(43.179)	(29.587)
Aluguéis	(28.445)	(23.243)	(28.565)	(23.362)
Fretes e carretos	(1.372)	(993)	(1.372)	(993)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	(69.464)	(64.950)	(69.464)	(64.950)
Material de expediente	(2.375)	(2.095)	(2.375)	(2.095)
Provisão de PIS e COFINS	(101.894)	(59.198)	(101.894)	(59.198)
Despesas tributárias	(14.311)	(10.737)	(15.064)	(10.737)
Gestão de cobrança	(8.393)	(6.356)	(8.393)	(6.356)
Outras despesas	(10.583)	(14.085)	(10.930)	(16.067)
Total	(1.726.813)	(1.417.745)	(1.734.193)	(1.424.938)
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.215.362)	(1.004.270)	(1.220.844)	(1.004.270)
Outras receitas operacionais	22.617	34.494	22.619	34.496
Despesas com vendas	(411.681)	(331.357)	(413.0731)	(338.778)
Despesas administrativas e gerais	(88.455)	(71.891)	(88.464)	(71.663)
Despesas tributárias	(11.315)	(10.227)	(11.812)	(10.227)
Total	(1.726.813)	(1.417.745)	(1.734.193)	(1.424.938)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	5.190	11.864	5.231	11.864
Varição cambial ativa	370	144	370	144
Juros por atraso	54.125	56.138	54.125	56.138
Reversão de ajuste a valor presente	32.741	31.791	32.741	31.791
Descontos obtidos	10.778	7.657	10.778	7.657
Outras receitas financeiras	-	1.608	4	1.650
Total	103.204	109.202	103.249	109.244
Despesas financeiras				
Juros pagos ou incorridos	(3.496)	(6.633)	(3.497)	(6.633)
Varição cambial passiva	(1.491)	(120)	(1.491)	(120)
Taxas e comissões bancárias	(10.008)	(6.748)	(10.008)	(6.748)
Descontos concedidos	(1.772)	(1.279)	(1.772)	(1.279)
Outras despesas financeiras	-	(814)	-	(814)
Total	(16.767)	(15.594)	(16.768)	(15.594)
Total	86.437	93.608	86.481	93.650

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Empresa entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Empresa é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros - empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	48.498	78.629	50.598	81.003
Contas a receber	522.948	434.125	522.948	434.125
Aplicações financeiras	13	62.641	13	62.641
Total	571.459	575.395	573.559	577.769
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	76.422	19.991	76.422	19.991
Outros passivos financeiros - fornecedores	169.152	211.300	169.152	211.300
Total	245.574	231.291	245.574	231.291

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Empresa considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Empresa, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

(iii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

(iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Empresa, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 13.

(v) Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2018:				
Empréstimos e financiamentos	53.764	13.242	11.409	-
Fornecedores	169.152	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017:				
Empréstimos e financiamentos	3.558	3.803	11.409	1.221
Fornecedores	211.300	-	-	-

c) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(i) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Empresa é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhado na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Empresa (que inclui capital social e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 18).

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro é o seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida	76.422	19.991	76.422	19.991
Caixa e equivalentes de caixa	(48.498)	(78.629)	(50.598)	(81.003)
Aplicações	(13)	(62.641)	(13)	(62.641)
Dívida líquida	27.911	(121.279)	25.811	(123.653)
Patrimônio líquido	468.732	562.391	468.733	562.391
Índice de endividamento líquido	0,06	(0,22)	0,06	(0,22)

23. COMPROMISSOS

A Empresa possui contratos de locação de lojas localizadas em centros comerciais, os quais são considerados como arrendamento mercantil operacional. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas das referidas locações montaram em R\$28.226 (R\$23.243 em 2017).

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado no montante de R\$109.000 com vencimento em novembro de 2019 (R\$107.103 em 2017), o qual é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Realização do custo atribuído	(1.363)	(1.363)
Realização do custo atribuído – impostos diferidos	463	463
Constituição de juros sobre capital próprio	35.200	42.800
Cisão parcial	-	(97.103)

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 24 de maio de 2019.

